

Apresentação

Heloisa Dias Bezerra

Doutora em Ciência Política (Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro)
Professora Adjunta na Universidade Federal de Goiás
diasbezerra.h@gmail.com

Sergio Soares Braga

Doutor em Desenvolvimento Econômico (Universidade Estadual de Campinas)
Professor na Universidade Federal do Paraná
sssbraga@gmail.com

Vladimir Lombardo Jorge

Doutor em Ciência Política (Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro)
Professor na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
vljorge@uol.com.br

A QUESTÃO DO IMPACTO das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), em geral, e da internet em particular, nas sociedades contemporâneas tem dado ensejo a uma ampla gama de pesquisas nos mais variados campos do conhecimento humano. Antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, além de pesquisadores de outras áreas do conhecimento, têm se debruçado sistematicamente sobre o assunto, procurando apreender as novas tecnologias digitais e a internet como um agente causador de mudanças ocorridas em diferentes níveis das modernas formas de sociabilidade e de expressão cultural.

Entretanto, se é mais ou menos evidente para o observador da sociedade e da cultura contemporâneas que a internet tem impactado fortemente a vida cotidiana da maior parcela dos indivíduos, ainda permanece atual o debate sobre a possibilidade de definir um campo distinto e independente de estudos específicos sobre *internet, sociedade, política e cultura*. A esse respeito, tem havido um amplo debate na literatura internacional desde a última década do século passado. Exemplos ilustrativos desses debates são dois recentes *Handbooks* publicados sobre a temática, compilando estudos interdisciplinares de vários pesquisadores sobre o assunto em países de democracia mais institucionalizada e estável, e com maior grau de inclusão digital de sua população (Hunsinger, Klastrup e Allen, 2010; Consalvo e Ess, 2011).

O presente dossiê se solidariza com estes pesquisadores na resposta positiva a estas indagações que têm atormentado frequentemente os pesquisadores dessa temática, ou seja: a) que há, sim, um campo específico de *Internet Studies* nas ciências sociais contemporâneas, embora o Brasil ainda esteja relativamente atrasado a este respeito em comparação com outros países onde a pesquisa nesse campo já há muito se institucionalizou e adquiriu autonomia *vis-à-vis* à investigação sobre os impactos das outras mídias; b) que este novo campo de estudos tem um caráter intrinsecamente *interdisciplinar*, abrangendo contribuições de vários ramos das ciências sociais no sentido estrito (antropologia, ciência política e sociologia), e também de disciplinas coirmãs, tais como comunicação social e administração pública, dentre outras.

Neste contexto, o objetivo básico do *dossiê* é contribuir com subsídios que possibilitem uma resposta mais fundamentada a este tipo de refle-

xão, e também servir como uma amostra do campo e das possibilidades de pesquisa em *ciberdemocracia*, *ciberativismo* e *cibercultura* nas ciências sociais contemporâneas. A partir dessas premissas, procuramos reunir textos de pesquisadores que, preferentemente, trabalhem num registro mais “empiricamente orientado” e apresentem resultados de pesquisas originais, capazes de dar suporte a uma reflexão sobre esta problemática; ou seja, textos que se afastem do caráter excessivamente especulativo, da sistematização de afirmações de segunda mão esparsas na literatura internacional, ou de exercícios prospectivos excessivamente “normativos” – com pouca fundamentação empírica como boa parte dos textos e análises sobre os impactos da internet na política.

Tendo em vista essa relevância temática, somada ao surgimento de um campo cada vez mais autônomo de estudos na área produzidos por antropólogos, cientistas políticos e sociólogos, é portanto plenamente justificável que se abram espaços para a divulgação de resultados de pesquisas realizadas neste campo de investigação. É o que pretendemos fazer com a organização deste dossiê, que visa estimular a criação de espaços para a divulgação e o debate de pesquisas efetuadas por cientistas sociais atuantes em várias disciplinas sobre as mudanças provocadas pelas NTICs nas sociedades modernas, assim como sobre os principais desafios teórico-metodológicos relacionados à constituição dessa área de pesquisa como um campo relativamente autônomo no seio das ciências sociais, não necessariamente subsumido a outros.

Sendo assim, o objetivo básico deste dossiê é agrupar pesquisadores das três grandes áreas das ciências sociais (principalmente antropólogos, cientistas políticos e sociólogos, embora eventualmente aberto ao diálogo com pesquisadores de outras disciplinas) que se dedicam à investigação dos impactos das NTICs, de uma maneira geral, e da internet em particular, sobre as várias dimensões das sociedades contemporâneas, tendo como foco três campos de investigação: a) Ciberpolítica, ou seja, os impactos das novas tecnologias sobre os sistemas políticos, abrangendo desde as instituições tradicionais de tais sistemas, até a criação de novos espaços de deliberação e participação propiciados pelo emprego destas mesmas NTICs na esfera pública; b) Ciberativismo, ou seja, o emprego das novas tecnologias de comunicação para promover novas modalidades de ação coletiva e a ampliação da cidadania; c) Cibercultura, isto é, trabalhos que investigam como as NTICs estão propiciando a emergência de formas de identidades coletivas e processos de criação simbólica que integram os diversos atores sociais em novos universos de referência cultural. Como objetivos mais específicos, visamos criar um espaço de reflexão interdisciplinar entre pesquisadores dos vários ramos que integram as ciências sociais. Espaço que, no entanto, precisa ser suficientemente preciso para demarcar a especificidade da reflexão empreendida por antropólogos, cientistas políticos e sociólogos sobre as relações entre as NTICs, a sociedade e a cultura contemporâneas, tendo em vista outras tradições e áreas do conhecimento que também refletem sobre a temática, como a administração pública, a gestão da informação ou a comunicação social. Conforme segue em resumo, o dossiê traz artigos com perspectivas bastante diferenciadas, mas que conformam um pequeno e ilustrativo mosaico desse campo de estudos.

Rui Alexandre Novais e Viviane Araújo fazem uma análise comparada das campanhas on-line à Presidência da República do Brasil (2010) e de Portugal (2011) a fim de avaliar se os dois candidatos com melhor intenção de voto nestes países aproveitaram todos os recursos de comunicação de campanha pós-moderna ou da era 2.0. Os autores constataram, mediante análise de conteúdo do Twitter dos candidatos no primeiro turno das eleições, que essa ferramenta foi utilizada primordialmente para possibilitar

a aproximação e a comunicação com o eleitor. Contudo, concluem, os candidatos desperdiçaram o potencial de comunicação bidirecional proporcionado pela interatividade do ambiente digital, uma vez que a utilizaram apenas com a finalidade de aumentar sua visibilidade e como meio de divulgação de suas agendas e propostas. Em ambos os países, portanto, os candidatos mantiveram uma “comunicação de um para muitos”.

Com a perspectiva de trazer a público as disputas eleitorais subnacionais, Emerson Urizzi Cervi e Michele Goulart Massuchin discutem o uso das redes sociais como ferramenta de campanha eleitoral, tendo como objeto de análise o conteúdo postado no Twitter pelos candidatos Beto Richa (PSDB) e Osmar Dias (PDT) ao governo do Paraná no período de 1º de julho a 3 de outubro de 2010. Apesar das diferenças com relação à frequência de uso do Twitter pelos candidatos e à distribuição dos temas ao longo do tempo, os autores constataram algumas tendências comuns: a utilização desta ferramenta com o propósito de informar os eleitores acerca da campanha ou de suas propostas; a preocupação em responder às indagações dos eleitores e a personalização do uso da ferramenta. Os autores terminam por concluir que o Twitter atende seu objetivo porque, além de oferecer aos candidatos mais um espaço de campanha, proporciona maior aproximação destes com os eleitores.

O artigo proposto por Flávia Santos aborda diversos elementos sociopolíticos para demonstrar o diferencial das novas tecnologias em se tratando de usuários mais jovens, no que ela denomina capacidade de absorção de novas culturas de consumo. Para a autora, os “nativos digitais” estão construindo um “novo paradigma relacional, comunicativo e interventivo”, o que resultaria em uma nova forma de promover a interatividade tanto na vida on-line quanto na *off-line*. Com uma pesquisa abrangente sobre jovens participantes de associações partidárias e não partidárias, a autora traçou um perfil dos jovens portugueses integrados a alguma forma de ativismo político e demonstrou o impacto que a internet pode exercer na vida cívica juvenil.

A partir de entrevistas com ativistas do estado mexicano de Oaxaca, ao longo de 2010, Tommaso Gravante analisa a influência do midiativismo e, sobretudo, do ciberativismo (definido como processo de apropriação e uso dos meios digitais, ou seja, das NTICs) sobre os processos de empoderamento e de ação coletiva, introduzindo a análise das emoções e dos processos emotivos tanto em nível individual quanto coletivo. Segundo o autor, o componente emotivo e a percepção de que a “mídia oficial” desinforma alimentaram a necessidade e a vontade dos ativistas de se apropriarem dos meios de comunicação com o objetivo de “narrar”, eles próprios, a realidade vivida e “dar voz à gente”. O autor conclui que “o conflito social, além de ser um ponto de ruptura com a ordem constituída, é um laboratório necessário para a transformação social, no que a prática de ciberativismo contribui” para a geração de uma cultura dissidente.

Em seu artigo, Sônia Pedro Sebastião e Ana Catarina Elias analisam a relação entre os usuários do Facebook e as causas sociais num contexto de participação política e ciberativismo. Para isto, as autoras fizeram uma análise das campanhas e um inquérito on-line com o intuito de verificar a reação dos usuários de correntes solidárias nas redes sociais, sobre o modo como estas correntes se produzem e o motivo de sua criação. As autoras concluem que, embora a internet permita que uma campanha tenha maior impacto, seja transmitida com maior rapidez e tenha maior sucesso, a atitude dos usuários permanece passiva, pois o ativismo *like* não implica envolvimento nem participação *off-line*. As autoras, contudo, reconhecem que, apesar dessa passividade, há um aspecto positivo: ela “faz circular men-

sagens comerciais e de sensibilização e dá origem a donativos a instituições de solidariedade social”.

Raphael Cardoso Sampaio, Maria Paula Almada e Nina Santos analisam o site Urbanias, criado em 2009 com a finalidade de receber denúncias acerca dos problemas que afligem a população da cidade de São Paulo e de repassá-las para os órgãos da prefeitura. Para analisar esta iniciativa, os autores empregaram um modelo de avaliação de e-participação (definido como “projetos de participação política nos ambientes digitais”), a fim de verificar *quem participa, como participa e os resultados da participação*. Além disso, realizaram entrevistas com os gestores e avaliaram qualitativamente tanto o design do site quanto as denúncias e os comentários realizados pelo órgão da prefeitura. Os autores concluíram que o site apresenta pouco potencial para engajamento e deliberação dos paulistanos e não oferece espaço para uma reflexão ou proposição acerca do planejamento urbano. Ressaltam, todavia, que sua existência permite que uma quantidade considerável de denúncias seja feita, averiguada e solucionada.

Yin-Zu Chen, em seu artigo, analisa os sites dos movimentos por direitos sexuais e reprodutivos da Cidade do México e revela dados interessantes sobre o comportamento dessas organizações em relação a temas como mobilização da sociedade, interatividade entre membros e não membros, uso dos meios para protesto, entre outros. A autora conclui que o contexto sociopolítico acaba por (de)limitar o modo como os movimentos usam as ferramentas disponíveis na web e que o conhecimento tecnológico, a dependência financeira das agências de desenvolvimento internacional e a própria relação com os meios tradicionais influem decisivamente sobre as estratégias desses movimentos.

O artigo de Abraham Paniagua Vázquez, José Eduardo Borunda Escobedo e Ignacio Camargo González analisa diferentes aspectos sobre a relação direta e indireta entre participação cidadã ativa e comportamento dos gestores governamentais em questões como transparência e acesso à informação pública. Os autores realizaram uma pesquisa empírica profunda e demonstraram que o empoderamento social deve ser compreendido como um *continuum* na vida da comunidade e que isto, sim, pode influir no comportamento do governo quanto ao comprometimento com uma governança mais compartilhada.

Henrique Parra discute, a partir da análise de três casos concretos (Wikileaks, o trabalho do artista Heath Bunting e o ativismo *hacker* e a Lei de Direitos Autorais), as tensões entre liberdade de informação e controle social em redes digitais e como tais situações formam a política na cibercultura. No artigo, esta é tratada simultaneamente como *tecnopolítica* (isto é, política das tecnologias digitais) e *ciberpolítica* (ou seja, política ciberneticamente mediada). Segundo o autor, ao articular ambas as dimensões, ele pretende “analisar como a constituição e os modos de apropriação desses dispositivos definirão o que adentra ou não o campo do visível e do enunciável, portanto, o campo da regulação pública e do controle, dando forma a novos territórios de direitos, resistência, conflitos sociais e exploração econômica”.

Rafael Santos de Oliveira e Leticia Bodanese Rodegheri analisam uma série de dados disponibilizados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, com vistas a especular sobre a natureza das relações no campo da democracia digital que poderiam ser deflagradas, no Brasil, no caso de aprovação do Projeto de Lei nº 84/11, do Senado Federal, e do Projeto de Regulamentação nº 68/11, que tramita na Câmara dos Deputados, ambos sobre a participação direta da população, via internet, na iniciativa legislativa. Os autores concluem apontando inúmeros entraves no campo tecnológico, mas, principalmente, impasses inerentes a uma cultura política matizada por baixos índices de participação cidadã em atividades do campo político.

Dejalma Cremonese também aborda o crescimento das redes sociais como ferramenta de marketing político, com ênfase no modo como os candidatos à Presidência da República, na eleição brasileira de 2010, fizeram uso do aplicativo Twitter. O artigo reforça a perspectiva de que as redes sociais ganharam força nas competições eleitorais, especialmente depois da vitoriosa campanha de Barack Obama nos EUA, situando essas redes como esfera pública on-line que permitiria maior engajamento cívico. O autor faz uma discussão sobre o conceito de capital social e de como o uso das redes sociais pode ajudar os políticos/competidores a incrementar o seu capital político junto ao eleitorado.

Com artigos tão diversos em termos de base teórica, metodologia e dados empíricos, o dossiê demonstra não somente a riqueza de um campo de pesquisa, mas informa sobre o imperativo da presença das NTICs em nossa vida cotidiana. Essas tecnologias apontam para um novo paradigma quanto à organização da sociedade: das relações sociais mais simples aos meios de produção material e imaterial; da reorganização do Estado e dos sistemas econômicos a ferramentas de resolução de conflitos entre indivíduos, instituições ou grupos sociais. No campo da política, é perfeitamente compreensível o ceticismo de muitos, mas não dá para negar as mudanças que já estão ocorrendo, especialmente quanto a um melhor equilíbrio de poder entre Estado e sociedade civil. Práticas de boa governança têm se multiplicado mundo afora, por exemplo, com a criação de repositórios abertos de informação. A internet, particularmente, reorganizou as relações de poder nas democracias contemporâneas (Mansell, Avgerou, Quah e Silverstone, 2009).

Desejamos aos leitores de *Sociedade & Cultura* uma leitura agradável; que estes artigos possam interferir positivamente em seus projetos de pesquisa e mesmo na sua forma de compreender a vida em um mundo altamente tecnologizado.

Referências

- CONSALVO, Mia; ESS, Charles (ed.). *The Handbook of Internet Studies*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2011.
- HUNSINGER, Jeremy; KLAstrup, Lisbeth; ALLEN, Matthew (ed.). *International Handbook of Internet Research*. Dordrecht: Springer, 2010.
- MANSELL, Robin; AVGEROU, Chrisanthi; QUAH, Danny; SILVERSTONE, Roger (ed.). *The Oxford Handbook of Information and Communication Technologies*. Oxford, New York: Oxford University Press, [2007] 2009.